

«O café sem defesa não tem preço» respondeu imediatamente s. s. . E prosseguindo: Em 1927, 28 e 29 defendemos o café e o governo ao fim de três anos tinha um saldo de 500 contos sobre todo capital empregado nessa defesa. Não ganhou e nada perdeu porque o seu programa era apenas defender a utilidade.

Em 1940, quando novamente ocupamos a Secretaria da Fazenda, encontramos o café a 60 mil réis a saca e uma crença enraizada durante 10 anos, de que o preço não podia ser defendido. A situação era agravada pela existência de um estoque do Departamento Nacional do Café de 20 milhões de sacas. Quebramos o aludido tabu e elevamos o preço do café a 300 cruzeiros por saca. Quando deixamos a responsabilidade de defesa, o governo havia ganho 14 mil contos.

Afirmo que sem defesa não há preço para o café, estribado em fatos. Quando foi abandonada a defesa, em 1930, o café caiu de 200 mil réis para 35 mil, por saca, no interior, e o Brasil vendeu menos do que vendia quando existia a defesa. Os demais países produtores, de outro lado, quadruplicaram o volume de suas vendas. O preço que deve ser observado pelo responsável pela defesa do mercado é aquele que seja aceito pelo consumo. Nestes três últimos anos, com a média atual de preços defendidos, o consumo aumentou. O fato demonstra que os preços são bem suportados pelo consumidor. Portanto, seria loucura que um país tão carente de divisas como o nosso, pensasse em recuar nesses preços, notadamente quando se tem em vista que o consumo mundial aumentou dentro da vigência desses preços.

Otimismo

A outra indagação da reportagem, assinala o sr. Mario Rolim Teles:

Devo declarar, que destoando da opinião geral, não sou pessimista em relação ao futuro do café. Acho que talvez em alguns pontos a economia do país tem sido mal conduzida. Daí aspectos difíceis para a sua situação financeira. No mais, a situação econômica é boa. Cumprir indagar como se pode pensar ao contrário se: 1.º) somente o café produz um bilhão de dólares anualmente ou seja o correspon-

dente ao total do volume de nossa circulação. 2.º) se há saldo em nossa balança comercial. 3.º) se só em um ano os investimentos feitos no país, em moeda estrangeira, orçaram em um bilhão e 200 milhões de dólares. 4.º) se a quantidade de fábricas que se estabelecem no país autorizam a previsão de menores importações para o futuro. 5.º) se o petróleo não só pela sua refinação quando importado, como quando aqui extraído, está assegurando economia de divisas.

Restrições

Vejamos agora quais são as principais restrições que fazemos à organização econômica do país. Cumpre assinalar, em primeiro lugar, a falta de técnica na produção agrícola e industrial; temos lavou-

ras exploradas com técnica na cultura de café, de algodão, de milho produzindo um índice 100, enquanto outras, sem técnica constituindo a maioria, ficam reduzidas ao índice 20, no tocante à produtividade. Na indústria, fenômeno idêntico ocorre. É evidente que essa desigualdade de produtividade cria as crises de preço e de crédito. De preço porque os que produzem muito, aproveitam-se dos preços elevados que as explorações de pequeno rendimento exigem para os seus produtos. Isso tanto se dá na indústria como na agricultura.

A meu ver só com o reajustamento da produção, libertando-se os deficitários com a técnica, e que poderemos colocar o país em situação de equilíbrio financeiro, que permita uma produção a preços considerados normais.

Na Cozinha — — Nada Igual!

...porque Óleo A Dona é super-refinado, não queima nem encharca os bifes... deixa as frituras sequinhas e leves!

...porque Óleo A Dona é feito de puríssimos óleos vegetais que ligam melhor!
Ideal para maioneses!

...porque Óleo A Dona não tem cheiro nem sabor — realça o paladar original dos ingredientes!

...porque Óleo A Dona é mais econômico — a mesma porção pode ser usada várias vezes!



Cia. Swift do Brasil S.A.